

ALTERNATIVA DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL, OCUPAÇÃO E GERAÇÃO DE RENDA EM COMUNIDADES RURAIS DO TERRITÓRIO AÇU-MOSSORÓ (RN)

Marta Vick Postai Neta¹
Márcia Regina da Silva Farias²
Emanoel Márcio Nunes³
Norberto Nuno Santos⁴
Regina Cleane Marrocos⁵
Andreya Raquel de Medeiros França⁶

RESUMO: O artigo tem por objetivo descrever as atividades realizadas nos assentamentos rurais do polo Jucurí, Mossoró (RN), durante o desenvolvimento do projeto: Ambiente, Sociedade e Economia: uma análise das dimensões da sustentabilidade no Território da Cidadania Açu-Mossoró (RN), financiado pelo Edital PPP IV/2011 - FAPERN/CNPq. Tal projeto teve origem a partir de uma cooperação via Departamentos de Gestão Ambiental, Economia e Turismo da Universidade da UERN. As atividades foram propostas como forma de dinamização e inovação no referido território, visando compreender a dinâmica territorial, do ponto de vista socioambiental e econômico, como preconizado pelo desenvolvimento rural sustentável. Adotou-se a abordagem de pesquisa qualitativa e como técnicas para coleta de dados foram utilizadas a análise de documentos, a aplicação de questionários semiestruturados junto aos moradores e entrevistas com membros do Núcleo Diretivo do Colegiado Açu-Mossoró e observações diretas. Verificou-se a formação de grupos de trabalho, como o Grupo de Mulheres da Reciclarem que implantou um programa de coleta seletiva nas comunidades assentadas. Constatou-se que as oficinas contribuíram para ampliar o entendimento dos participantes em relação ao aproveitamento dos materiais recicláveis, despertando a possibilidade de comercialização das peças produzidas via mercado solidário. Percebeu-se que as atividades auto-gestão contribuíram para o melhor entendimento da participação dos envolvidos no processo de tomada de decisão nos âmbitos, social, ambiental e econômico, bem como no processo de identificação e escolha das políticas territoriais e os caminhos que poderão ser seguidos para inovação e dinamização do território, com vista à sustentabilidade.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável. Coleta Seletiva. Território.

¹Mestre em Ciências Naturais, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, martavick@hotmail.com

²Professora Doutora. Departamento de Gestão Ambiental, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, mreginafarias@hotmail.com

³ Professor Doutor. Departamento de Economia, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, emanoelnunes@uern.br

⁴ Professor Doutor. Departamento de Geografia, Universidade de Coimbra, norgeo@ci.uc.pt

⁵ Mestranda em Ambiente, Sociedade e Tecnologia. Universidade Federal Rural do Semi-Árido, andreya_raquel@hotmail.com

⁶ Gestora Ambiental. Bolsista de Extensão Tecnológica CNPq, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, reginacleane@hotmail.com

ENVIRONMENTAL CONSERVATION ALTERNATIVE, OCCUPATION AND INCOME GENERATION IN RURAL COMMUNITIES OF AÇU-MOSSORÓ (RN)

ABSTRACT: This paper aims to describe the activities in rural settlements Polo Jucurí, Mossoro, Rio Grande do Norte, Brazil, during the development of the project called: Environment, Society and Economy: an analysis of the dimensions of sustainability in the Citizenship Territory Açú-Mossoró (RN), financed by the official paper PPP IV / 2011 - FAPERN / CNPq. This project was originated from a cooperation with the Environmental Management, Economics and Tourism Departments at the State University of Rio Grande do Norte - UERN. The activities were proposed as a means of promotion and innovation in that territory, aimed at understanding the territorial dynamics, under the environmental and economic point of view, as recommended by the sustainable rural development. It was adopted the qualitative research approach and as techniques for data collection were used to analyze documents, the application of semi-structured questionnaires with residents and interviews with members from the Directive Center Açú-Mossoró Collegiate and direct observations. It was the formation of working groups such as the Women Recycling Group implemented a selective collection program in settled communities. It was found that the workshops helped to broaden the understanding of participants in relation to the use of recyclable materials, raising the possibility of sale of spare parts produced by a solidarity market. It was noticed that the self-management activities contributed to a better understanding of the role of those involved in the decision-making process in the social, environmental and economic, as well as in the process of identification and choice of territorial policies and the paths that may be followed for innovation and promotion of the territory, with a view to sustainability.

Key words: Sustainable Development. Selective Collection. Territory.

INTRODUÇÃO

O ambiente acadêmico/universitário pode ser entendido como um espaço de sinalização do debate e da geração de informações estratégicas que poderá contribuir para a gestão territorial. Nesta pesquisa são apresentadas atividades pensadas no âmbito dos departamentos de Gestão Ambiental, Economia e Turismo da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, com a intenção de proporcionar a realização de ciclos de oficinas em comunidades rurais de Mossoró (RN).

As atividades foram desenvolvidas, visando complementar as ações do projeto de pesquisa e extensão tecnológica: "Sociedade, Ambiente e Economia: uma análise das dimensões da sustentabilidade no território Açú-Mossoró (RN)", desenvolvido pela

UERN e financiado pelo Edital FAPERN/CNPq - PPPIV/2011, no período de julho de 2012 a setembro de 2014.

O referido Projeto teve por objetivo aprofundar a análise sobre o processo de dinamização social, ambiental e econômica, sob a ótica da sustentabilidade, especificamente no território Açú/Mossoró, com vista a intensificar as discussões via estudos nos âmbitos: (i) social (moradia, educação, saúde, projetos inclusão); (ii) ambiental (saneamento básico, gerenciamento de resíduos sólidos e efluentes, gestão e acesso aos recursos hídricos); (iii) econômico (produção, logística, nível e potencial de inovação tecnológica, de processo de certificação e comercialização, etc. das principais cadeias produtivas), e, (iv) político (participação da população na tomada de decisão via comitês, definição de políticas públicas que venham atender as reais necessidades do território), visando contribuir para efetivação do processo de governança.

De acordo com o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PDTRS (2010), desde o ano de 2004 o Governo Federal, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário - SDT/MDA, vem executando uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável, com enfoque territorial. Essa estratégia é executada por intermédio do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PRONAT.

Cabe ressaltar que o desenvolvimento rural sustentável surgiu em meados dos anos 1980 do século XX e para Navarro (2011) ele pode ser compreendido como uma continuação do conceito de desenvolvimento. Porém, o termo “sustentável” surgiu a partir de uma crescente percepção sobre os impactos ambientais negativos que passaram a ser melhor percebidos a partir da década de 1970.

Segundo Veiga (1994) para não comprometer as gerações atuais e futuras, é necessário aliar ao crescimento econômico, a justiça social e a conservação dos recursos naturais. A tentativa de desenvolvimento sustentável baseia-se em uma nova estratégia, que proporciona estudos em âmbito local e regional, o que se denomina enfoque territorial.

No Brasil para fortalecer o desenvolvimento rural sustentável foi criado por meio da SDT e do MDA, uma política voltada para a fixação do homem no campo e para o fortalecimento da identidade local, com o objetivo de definir as áreas de realização de

políticas públicas e projetos, criou-se os “Territórios da Cidadania³”, em cada estado brasileiro, que comporiam municípios que apresentassem características homogêneas e pudessem se relacionar.

A questão que se coloca, portanto, é: como encontrar os caminhos apropriados dentro de cada contexto específico? Como construir uma base sólida para dar continuidade às mudanças, visando compreender a dinâmica do Território da Cidadania Açu/Mossoró, de forma particular as comunidades rurais do município Mossoró, com vista a alcançar o desenvolvimento rural sustentável? Essas e outras questões ainda necessitam de respostas, pois para se pensar em uma política territorial capaz de oportunizar caminhos para grupos culturais distintos em costumes e iguais em condições de vida faz-se necessário encontra a justa medida.

Com base nesta reflexão foram realizadas oficinas temáticas juntos aos comunitários do polo de assentamentos rurais do Jucurí, com a intenção de propor ações para o fortalecimento das variáveis da sustentabilidade, de forma particular as variáveis social e ambiental, no Território da Cidadania Açu-Mossoró, bem como para buscar o entendimento dos membros do Colegiado sobre as políticas públicas desenvolvidas no território, de forma particular as políticas ambientais.

POLÍTICAS TERRITORIAIS PARA UM RURAL SUSTENTÁVEL

As discussões ambientais e as críticas ao modelo de desenvolvimento econômico, sobretudo, a partir dos anos de 1960 ganharam espaços relevantes, que seja por meio de estudos acadêmicos, como o Relatório do Clube de Roma, pelos Fóruns de discussões a exemplo da Conferência de Estocolmo em 1972, ou pelos meios de comunicações. Questões cruciais relacionadas com o uso indiscriminado dos recursos naturais e as externalidades do processo produtivo passaram a ocupar espaços nas agendas internacionais.

³ O Programa foi implantado pelo Governo Federal para priorizar suas ações em regiões e sub-regiões onde os investimentos públicos e privados não têm sido suficientes para garantir o atendimento às necessidades básicas da população, bem como para acelerar processos que ampliem as oportunidades de geração de renda de maneira desconcentrada e com a observância da sustentabilidade. Busca, porém promover a articulação e a gestão, descentralizada e participativa, de ações para alcançar o desenvolvimento social e sustentável das populações que vivem em territórios rurais de todo o país, apoiando e fortalecendo, nos territórios, capacidades sociais de auto-gestão dos processos de promoção do desenvolvimento, nos quais as próprias organizações dos agricultores (as), familiares e dos (as) trabalhadores (as) rurais protagonizem as iniciativas. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2013).

Nesse sentido, na década de 1980 se intensificaram os debates sobre um novo modelo desenvolvimento, ou seja, o desenvolvimento sustentável, proposto com a intenção de assegurar as possibilidades de uso racional dos recursos naturais para as presentes e futuras gerações.

Nessa direção, as formulações de Sachs (2004) chamam a atenção para pontos conflitantes: (a) diz respeito à suposição de uma incompatibilidade insuperável entre a lógica de acumulação capitalista e os requisitos da sustentabilidade ambiental e social, onde se diz que é impossível nos padrões atuais, a economia deixar de crescer; (b) refere-se a “ecologização” da economia, que apesar de se compatibilizar em alguns tópicos com a Ecologia, continuar-se-ia a ter uma economia e, portanto, o aproveitamento dos recursos naturais escassos permaneceria a acontecer; e, (c) a terceira crítica relaciona-se com o problema da migração de termos e conceitos de um campo científico para outro, como da área biológica para o campo da socioeconomia, ou seja, a dificuldade de diálogo e entendimento entre as áreas de conhecimentos.

Ao reconhecer as divergências sobre o desenvolvimento sustentável, no que cerne a sua aplicabilidade, cabe aqui esclarecer que neste estudo não se tem o objetivo de entrar no mérito dessa discussão, e sim de apresentar o desenvolvimento sustentável como o referencial condutor dos Planos de Desenvolvimento Territoriais adotados na última década nos Territórios da Cidadania, incluído o que foi elaborado para o Território da Cidadania Açú/Mossoró no ano de 2010.

Ainda sobre a estruturação do termo desenvolvimento sustentável é importante destacar que na década de 1990, a Agenda 21, provavelmente, o mais importante resultado da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992), realizada no Rio de Janeiro, contribuiu para cristalizar a essência da premissa de sustentabilidade.

Entende-se que para ocorrer um desenvolvimento sustentável, a observância do princípio de sustentabilidade é um requisito elementar. Essa diz respeito a um esforço para buscar a durabilidade, a constância e as justas proporções de qualidade dos diversos potenciais da natureza, sendo considerados dois aspectos fundamentais nas estratégias dessa forma de crescimento econômico: o aumento demográfico sustentado e o desenvolvimento técnico-científico.

É possível observar nos dias atuais a adoção dessas orientações nas políticas públicas rurais, que sejam no âmbito social, cultural, ambiental e econômico, para tanto o conceito de território vem sendo adotado como fio condutor da cristalização dessas políticas, dado que tal conceito está intimamente ligado com o uso, a ocupação e a formação da identidade dos indivíduos, ou seja, com a forma como a população se organiza no espaço.

Assim, já se observa avanços para o início de uma implantação dessa matriz teórica em determinadas regiões do Brasil, que pode ser considerada decorrência de novas legislações, de trabalhos e lutas de órgãos públicos, da atuação de Organizações Não Governamentais e de pesquisadores, bem como por parte da própria sociedade, que já observa a necessidade de orientação das práticas econômicas em consonância com a conservação ambiental e a melhoria nas condições de vida das populações. Todavia, nem sempre as legislações ou imposições do Estado são cumpridas, cabendo a este último e a sociedade como um todo fiscalizarem o cumprimento das mesmas.

A condução dessa forma de pensar poderá proporcionar as populações rurais maior autonomia para que ela possa decidir democraticamente o que poderá ser feito e como deverão ser orientadas essas decisões dentro dos seus territórios, conforme os princípios da governança.

Portanto, a valorização da autonomia no território implica na utilização de recursos disponíveis em diferentes escalas, ou seja, do local para o regional, verificando as possibilidades e os desafios de gerar e aplicar ação, tecnologias e recursos de modo participativo. No contexto do planejamento de estratégias para sustentabilidade, buscando alternativas de desenvolvimento local, as quais visam contemplar as dimensões socioambientais e econômicas, conforme as tendências globais com vistas ao alcance de um sistema de desenvolvimento com base na produção e consumo consciente.

Parte-se do princípio de que houve um esgotamento do modelo vigente na inter-relação sociedade/natureza, sendo necessário redirecionar o “projeto societário”, conforme expressão de Santos (2004), para a busca de um equilíbrio entre desenvolvimento econômico e a conservação ambiental.

Nas palavras de Leff (2012) não se trata de obedecer a uma racionalidade ambiental dentro das engrenagens dos ciclos econômicos, em consonância à racionalidade tecnológica e à globalização do mercado, mas de buscar novos rumos, através de uma profunda reflexão teórica, visando atender os requisitos para se alcançar a equidade social.

O desafio para essa nova linha de desenvolvimento, baseado na sustentabilidade, está no combate à pobreza sem esquecer a responsabilidade ambiental. Para não comprometer as gerações atuais e futuras, ou seja, é necessário aliar ao crescimento econômico, a justiça social e a conservação dos recursos naturais (VEIGA, 1994). A nova tentativa de desenvolvimento sustentável também se baseia numa nova estratégia, que proporciona estudos em âmbito local e regional, o que se denomina enfoque territorial.

Vale (2011) ressaltam que essa mudança enfrenta dificuldades nos países pobres, como a indefinição de funções entre o governo central e locais, a ineficiência de mecanismos que fazem a integração entre ações dos governos e demandas locais, a insuficiência de recursos financeiros, humanos e materiais, corporativismo, corrupção, entre outros.

Assim, é importante destacar a importância fundamental da participação de todos os atores interessados e envolvidos com o território na realização e construção de projetos que possam acabar ou amenizar a pobreza, sendo, portanto, importante que haja um trabalho no sentido de qualificar e aumentar o número de formuladores de ideias.

Nessa direção, faz-se necessário tratar da economia rural também como um conjunto de atividades não-agrícolas ligadas aos diversos setores da indústria e serviços, assim como outros setores propriamente agropecuários (separação da identidade de conceitos rural - agropecuário), sendo fundamentais as relações com os centros urbanos e a importância da proximidade com os mesmos.

Torna-se preciso conciliar e orientar o potencial e condições de produção local de acordo com a demanda de fora do território. Para ocorrerem tais relações com mercados externos, é fundamental que haja um vínculo entre as áreas urbanas e rurais, que também darão condições para o acesso ao conhecimento, insumos e serviços técnicos e financeiros.

Abramovay (1999) ressalta o processo diferente de mudança que está se dando nas cidades brasileiras, diferentemente das dos demais países em desenvolvimento, que é a diminuição populacional das grandes cidades e o surgimento das médias, o que pode ser um trunfo para o desenvolvimento do meio rural do país, já que esses centros urbanos ficam mais distribuídos geograficamente.

A partir dos anos de 1990, as políticas públicas de forma geral e, em particular, as direcionadas ao meio rural brasileiro, passaram a incorporar em seu escopo, mudanças em termos de concepção, estruturação e formas de implementação (HESPANHOL, 2009).

No âmbito do rural, uma das primeiras alterações ocorridas foi a criação em meados de 1990, de uma política nacional direcionada para a agricultura familiar, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, além deste contemplar crédito rural para custeio e investimento, teve em seu bojo, pelo menos ao nível do discurso, a preocupação territorial, por meio da linha PRONAF Infraestrutura e Serviços Municipais, tendo como objetivo financiar projetos individuais ou coletivos, que proporcionam renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2013).

A importância de políticas públicas orientadas a partir do caráter territorial, ou seja, o planejamento das ações deve permitir a coparticipação dos atores sociais, respeitando as experiências acumuladas nos territórios, o que colabora para uma intervenção propositiva e positiva, instituindo uma prática na qual os interesses coletivos possam ser apreciados e traduzidos na prática da implantação das ações das políticas públicas de desenvolvimento territorial. Esta é uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento rural, tendo como princípio o desenvolvimento endógeno (NUNES, SILVA, GONDIM et al, 2012).

No entanto, quando se pensa em almejar a dinamização das potencialidades incorporadas no território, tem-se observado um esforço em implantar a sustentabilidade econômica, social e ambiental na noção de desenvolvimento territorial pelas políticas públicas postas em prática, nas zonas rurais brasileiras nas últimas décadas (BONNAL, CAZELLA, DELGADO, 2011).

Nesse sentido, a relevância deste estudo reside na busca de alternativas para fortalecer práticas adotadas, visando a dinamização e inovação nos territórios da

cidadania, particularmente no Açu/Mossoró, a partir do desenvolvimento de atividades que possam contribuir para melhoria das condições de vida, para fortalecer as cadeias produtivas e a viabilização da produção e da comercialização dos produtos, bem como observar as práticas que foram adotadas e/ou estão sendo discutidas no âmbito ambiental, com vista a se pensar na sustentabilidade do território.

METODOLOGIA

A presente pesquisa teve como unidade empírica de referência o território da cidadania Açu/Mossoró (RN), que conforme o PTDRS (2010) possui uma população de 421.449 habitantes, e uma área de 7.974 km², sendo constituído por 14 municípios, a saber: Alto do Rodrigues, Areia Branca, Assú, Baraúna, Carnaubais, Grossos, Ipanguaçu, Itajá, Mossoró, Pendências, Porto do Mangue, São Rafael, Serra do Mel e Tibau. De forma específica neste estudo são apresentados os resultados das atividades desenvolvidas na comunidade rural de Jucuri, no município de Mossoró.

A pesquisa seguiu as orientações da abordagem qualitativa de pesquisa e as atividades de campo foram realizadas no período de agosto de 2012 a agosto de 2013. Inicialmente foram levantados dados secundários disponíveis em documentos como, o PTDRS (2010), o Plano de Cadeias Produtivas do Açu/Mossoró (2011), nas memórias das reuniões do Colegiado e nas memórias das reuniões do Grupo das Mulheres da Reciclagem do Jucurí, os relatórios anuais da Visão Mundial e do Conselho Fraternal das Comunidades Integradas de Mossoró, Baraúnas (COMFRACIMB).

Ademais, foi realizada a aplicação de 126 questionários semiestruturado com perguntas abertas e fechadas, junto aos moradores para diagnosticar a produção de resíduos sólidos; realizadas observação direta livre durante as oficinas de formação desenvolvidas nas comunidades; o registro fotográfico e entrevistas com 10 membros do Núcleo Dirigente e Núcleo Técnico do colegiado Açu-Mossoró⁴ para buscar o

⁴O Núcleo Dirigente do colegiado Açu-Mossoró é constituído por 12 representantes da sociedade civil e do poder público que atuam nos municípios que fazem parte do referido território. Os membros são escolhidos e validados na reunião do colegiado. O papel do Núcleo Dirigente é reunir-se para discutir e propor a pauta das reuniões, encaminhar os pontos que foram definidos nas reuniões e ajudar o articulador territorial nos processos que envolvem o desenvolvimento das atividades via ações da política territorial. O Núcleo Técnico é constituído por 22 representantes da sociedade civil e do poder público que atuam nos municípios. É a instância que elabora os projetos específicos, eleita como

entendimento de como as políticas públicas ambientais vem sendo desenvolvidas no território estudado.

Área de Estudo

A Comunidade de Jucurí encontra-se localizada à margem da Rodovia BR-405, a aproximadamente 17 quilômetros do centro de Mossoró. De acordo com informações coletadas diretamente no posto de saúde básica da comunidade, estima-se que em Jucurí residem aproximadamente 400 famílias perfazendo um total de 1.600 habitantes, quando se somam aos assentamentos circunvizinhos chega-se a mais de 5.000 pessoas.

Os moradores contam com (02) escolas de ensino fundamental, que oferecem da educação infantil até o 9º ano, as séries do ensino médio os alunos se deslocam até Mossoró por meio de transporte fornecido pela prefeitura. No centro da comunidade localiza-se a Igreja, o posto de saúde e a praça que se constitui na principal área de lazer dos moradores. Cabe mencionar que a comunidade não conta com saneamento básico, utilizam a fossa séptica e a maioria das residências é abastecida com água vindas de poços artesanais, perfazendo um total de 17 poços para o Jucurí e seus assentamentos.

A coleta municipal dos resíduos é realizada duas vezes por semana, contudo por não atender a todos os assentamentos, persiste ainda com a queima de lixo em seus quintais. Conforme informações obtidas no CONFRACIMB, os moradores utilizam como transporte coletivo o ônibus escolar e os taxis alternativos para se locomoverem até Mossoró, onde os comunitários realizam suas compras e/ou se servem de serviços bancários e hospitalares.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As atividades do Projeto: Ambiente, Sociedade e Economia: uma análise das dimensões da sustentabilidade no Açu-Mossoró (RN) tiveram início nas comunidades que compõem o polo Jucurí agosto de 2012. Inicialmente foi apresentado às comunidades Projeto e a equipe que o realizou, Figura 01.

prioritária no contexto da agenda negociada para o desenvolvimento rural sustentável do território. (PTDRS, 2010).



Figura 01: apresentação da pesquisa à comunidade. **Fonte:** Pesquisa de campo, 2012.

As atividades para formação de grupos e para apresentação das palestras e oficinas foram realizadas na sede do COMFRACIMB. Já nos primeiros encontros identificou-se grupos de trabalhos consolidados e formação.

Observou-se que a atuação de mais de 20 anos de ONGs nas comunidades contribuiu para existência de projetos socioambientais, com vista a melhoria da qualidade de vida da população rural. Tais projetos potencializam discussões e atividades que englobam temáticas educativas, econômicas, de gênero, gestão, e uso sustentável dos recursos nas comunidades.

Constatou-se que as entidades que já atuam nas comunidades recebem o apoio da coordenação da cédula de educação do COMFRACIMB, responsável pelo desenvolvimento das ações de educação ambiental da ONG Visão Mundial.

As visitas aos 14 assentamentos pertencentes ao Jucurí permitiu a identificação de grupos em formação como o Grupo de Mulheres da Reciclagem, formado por 15 mulheres, que naquela altura objetivava realizar diagnósticos dos principais materiais produzidos na comunidade, tencionando a implantação da coleta seletiva, como fonte alternativa de ocupação e geração de renda, com o apoio da Visão Mundial e do COMFRACIMB.

A partir da identificação dos grupos optou-se por trabalhar com aqueles que estavam em fase de formação. Assim, nos foi apresentada a equipe do Projeto ao Grupo das Mulheres de Reciclagem Jucurí, para definição das atividades. Por meio do diagnóstico realizado foram identificados os principais materiais produzidos nas

comunidades e a viabilidade econômica da comercialização, as informações coletadas foram utilizadas para o entendimento e a análise dos problemas relacionados ao gerenciamento dos resíduos sólidos na comunidade. Cabe ressaltar que esta atividade foi acompanhada pelo Grupo das Mulheres, Figura 02.



Figura 02: Realização do Diagnóstico dos Resíduos Sólidos.

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Os assentamentos que participaram do diagnóstico foram: PA Independência, Pedra Branca, PA Solidão, PA Cabelo de Negro, PA Cristais, PA Vingt Rosado, PA Barreira, Barreira Vermelha, PA Santa Rita, PA Guarajá, PA Bela Vista, PA São José 1 e 2, PA São Cristóvão, PA Recreio. Os moradores locais foram questionados sobre os tipos de resíduos sólidos que produziam e sobre a forma de descartes dos mesmos, foram também indagados acerca da disponibilidade em disponibilizavam a participar da coleta seletiva.

Na ocasião realizou-se a entrega de berg's (sacos de armazenamentos dos resíduos recicláveis) em residências e comércios da comunidade para que fossem armazenando os materiais até o dia da coleta seletiva. Assim, os moradores que concordaram em participar do programa receberam em suas residências um selo de identificação.

A necessidade de se realizar essa identificação foi para verificar as condições de gerenciamento dos resíduos e o comportamento dos comunitários em relação aos resíduos sólidos. A partir dessa identificação, observou-se a necessidade de

realização de uma parceria com a Prefeitura Municipal de Mossoró, para viabilizar a coleta nas residências e em pontos específicos, bem como a venda dos materiais recicláveis, por meio da disponibilização de um transporte para o recolhimento dos materiais e entrega até o ponto de venda.

OFICINAS DE FORMAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO

Realizou-se um total de 6 (seis) oficinas nas comunidades assentadas do Jucurí. Estas objetivaram fornecer subsídios acerca do processo de reaproveitamento e reciclagem de materiais ao Grupo das Mulheres, visando despertar o interesse dos componentes para tornarem-se multiplicadoras na comunidade. Ademias buscou-se discutir sobre a educação ambiental e o processo de autogestão.

OFICINA DE PUFF COM PNEUS

A Oficina de fabricação de Puffs (Figura 03) com pneus foi realizada com o Grupo de Mulheres da Reciclagem, no assentamento Santa Rita de Cássia, proporcionando a formação para os componentes sobre a importância do reaproveitamento de materiais recicláveis. Realizou-se a confecção dos Puff utilizando materiais como: pneus, esponjas, tecidos, tintas e madeira.



Figura 03: Confeções de Puffs de Pneus. **Fonte:** Pesquisa de campo, 2012.

Como alternativas foi sugerido que os Puffs fossem utilizados pelas mulheres em suas residências como objeto decorativo e utilitário, bem como comercializados por meio da Rede Xique Xique de Comercialização Solidária, que já atua como mediadora da venda das hortaliças e frutas que são produzidas nos assentamentos estudados e que dispõe de um espaço para venda de artesanato produzido nas comunidades.

OFICINA ARTERECICLA

A segunda oficina foi a Arterecila também no assentamento Santa Rita de Cássia, e nela foi proposto a confecção de novos produtos por meio de materiais recicláveis, coletados na comunidade. Realizou-se a confecção de um Puff infantil, utilizando garrafas PETs, bem como de caixas decorativas usando embalagens de sorvetes, caixa de papelão e por fim foi ensinado fazer descansos de pratos com tampinhas de garrafas PET, cobrindo-as com tecidos, Figura 04.



Figura 04: Oficina de materiais recicláveis – Arterecicla. **Fonte:** Pesquisa de campo, 2012.

OFICINA PARA FABRICAÇÃO DE SABÃO E SABONETES

O objetivo da oficina foi ensinar as mulheres a produzirem sabão e sabonetes a partir do reaproveitamento de rejeitos como óleo residual e glicerina, ainda propor que a fabricação de sabão e sabonete seja uma estratégia para aquisição de renda alternativa para o Grupo Figura 05.



Figura 05: Oficina de Sabão e Sabonete. **Fonte:** Pesquisa de campo, 2013.

Inicialmente foi discutido o histórico sabão; em seguida realizou-se a prática, onde foi ensinado o processo de fabricação do sabão e do sabonete. Utilizou-se na oficina materiais rudimentares como fogão a lenha e utensílios improvisados como potes de margarina e garrafas PETs cortados.

Essa atividade pode ser considerada de suma importância, sob a ótica da sustentabilidade, uma vez que, o aproveitamento de óleos oriundos das atividades domésticas passa a ser aproveitados e a partir da sua reutilização é possível a fabricação de produtos que são utilizados diariamente. Por conseguinte, a fabricação de sabão e sabonetes é possível observar ganhos do ponto de ambiental, uma vez que os resíduos seriam descartados de forma inadequado, podendo comprometer a qualidade ambiental, bem como passa a ser recurso reutilizado na cadeia produtiva; no aspecto social que envolvendo o Grupo e apresentando-o as possibilidades de aproveitamento dos recursos recicláveis produzidos localmente, e do ponto de vista econômico a fabricação de produtos que são adquiridos em mercados pode representar uma economia no âmbito doméstico, assim como pode ser facilmente comercializados.

OFICINA DE AUTOGESTÃO

Foi realizada na comunidade do Jucurí a oficina de autogestão (Figura 06), objetivando despertar a capacidade de autogerir as atividades desempenhadas pelo Grupo. O procedimento metodológico adotado para o desenvolvimento da oficina foi

a aplicação de duas dinâmicas intercaladas com a apresentação de um vídeo e por último a abertura para discussão acerca das dificuldades e perspectivas almejadas pelo Grupo.

Inicialmente foi realizada a primeira dinâmica chamada teia de aranha, que tinha como objetivo mostrar que o trabalho em grupo, todos devem se manter unidos. Posteriormente, foi apresentado um vídeo titulado de "Vida Maria", que expõe a situação socioeconômica vivida por muitas gerações.



Figura 06. Oficina de Autogestão. **Fonte:** Pesquisa de campo, 2013.

Logo após o vídeo foi desenvolvida a segunda dinâmica denominada: "Construção do Boneco", com o objetivo de mostra que tudo que é realizado em equipe participativa fica melhor do que aquilo que é realizado individualmente. Também foi apresentado um texto ressaltando a importância da iniciativa individual para a construção do coletivo.

Posteriormente, foi discutida a necessidade de constituição de uma Associação ou de uma Cooperativa, para formalização do Grupo, tendo em vista perspectivas futuras. Por fim, foram debatidas as dificuldades e os desafios enfrentados pelo Grupo.

OFICINA DESTINO ADEQUADO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

A oficina de resíduos sólidos desenvolvida no Jucurí objetivou apresentar ao Grupo o histórico dos resíduos sólidos, os principais problemas, durabilidade,

degradação, composição, destinação final, sua gestão e reciclagem para que tenham um maior conhecimento sobre o trabalho que praticam na comunidade, como também fazer um intercâmbio em uma associação de catadores de lixo para conhecerem a realidade de outras associações. A oficina foi dividida em três momentos, a saber:

(i) Foi realizado o momento teórico onde foi apresentado ao Grupo questões que abordavam o tema resíduos sólidos e um vídeo referente a uma associação de catadores de lixo existente na cidade de Brasília, mostrando desde sua criação até os dias atuais, as dificuldades e os desafios que foram encontrados como também as parcerias que deram certo.

(ii) Foi realizada uma visita a Associação Comunitária Reciclando para Vida - Acrevi, no município de Mossoró/RN, que serviu de intercâmbio para que os participantes do Grupo pudessem conhecer o trabalho desenvolvido pela Associação como também para expor suas experiências. Na oportunidade a presidente da Associação levou-as para apresentá-las na Conferência Municipal dos Catadores de Lixo que estava ocorrendo no município de Mossoró, onde foram abordadas questões referentes à regularização dos catadores no Estado do RN.

(iii) No encerramento da oficina, foi realizada uma explanação ressaltando a importância do gerenciamento dos resíduos sólidos, das parcerias como também a necessidade destas em aprofundar mais o conhecimento sobre o assunto, para que pudesse em suas discussões e desafios encontrados no decorrer do caminho estarem mais preparadas para enfrentá-los.

OFICINA PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A oficina de educação ambiental foi realizada na comunidade do Jucurí (Assentamento Santa Rita), Objetivou proporcionar ao Grupo de Mulheres da Reciclagem do Jucurí uma compreensão sobre o que é a educação ambiental e como transversaliza-la em suas práticas, com vistas a conscientizar os colaboradores. A oficina foi dividida em três momentos, a saber:

(i) Foi apresentado ao Grupo questões que abordavam discussões referentes à educação ambiental (o comprometimento da disponibilidade dos recursos naturais, causas da degradação ambiental, conceitos de educação ambiental, política nacional

de educação ambiental, conservação ambiental) e um vídeo sobre mudanças de hábitos para conservação dos recursos naturais.

(ii) Realizou-se uma dinâmica com o objetivo de identificar se o Grupo havia compreendido a proposta da oficina e de reforçar a temática relativas a gestão dos resíduos sólidos. Foi solicitado que Grupo recortasse de revistas imagens de uma série de itens como: pneus usados; garrafas PETs vazias; cascas de frutas; restos de comidas; pilhas de rádio; CPUs de computadores usados; celulares velhos; latinhas de cerveja; embalagem vazia de agrotóxico, entre outros. Posteriormente, foi pedido que os participantes escolhessem as figuras e colassem nas cartolinas, a qual o resíduo deveria ser destinado. Nas cartolinas estava escrito: atear fogo, enviar para aterro sanitário, reciclagem, compostagem/formação de adubo, e por fim reutilização dentro do próprio lar (outra finalidade). Após as participantes terem colado as figuras, foram discutidas as destinações dos resíduos, mostrando o destino adequado para os resíduos.

(iii) No encerramento da oficina, foi realizada uma explanação ressaltando a importância de ser concretizada a educação ambiental em todos os âmbitos para que fosse formada uma conscientização de todos desde o âmbito formal ao informal, aprofundando o conhecimento sobre o tema, para que pudessem em suas discussões e nos desafios que fossem encontrando no decorrer do caminho estarem preparadas para enfrentá-los Figura 07.



Figura 07: Oficina Práticas de Educação Ambiental. **Fonte:** Dados da pesquisa, 2013.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS NO TERRITÓRIO AÇU-MOSSORÓ

Com a finalidade de entender como os representantes das entidades que compõem o Núcleo Técnico do Colegiado Territorial Açu-Mossoró⁵, entendiam o desenvolvimento das políticas públicas, no âmbito ambiental foram realizadas entrevistas com seus representantes. Constatou-se que 40% dos questionados afirmaram não ser desenvolvidas políticas públicas ambientais no Território Açu-Mossoró, 30% não souberam responde se são desenvolvidas essa políticas e os restantes (30%) afirmaram não existir o desenvolvimento de políticas públicas.

Percebeu-se a partir das análises das respostas que os entrevistados referiam-se a políticas públicas ambientais como projetos desenvolvidos nos municípios. Isso leva a aferir que não há um entendimento aprofundado por parte dos membros do colegiado territorial sobre o que vem a ser políticas públicas ambientais

Nesse sentido, é possível afirmar que há uma fragilidade nas discussões realizadas durante as reuniões do Colegiado, e, conseqüentemente não existe exigências por parte da população para que haja a aplicação das políticas ambientais nos municípios. Segundo Carlo (2006) a falta de participação social é uma das principais causas do fracasso de processos de descentralização das políticas públicas é nesse espaço territorial que a organização da sociedade pode levar à construção de consensos e de outras lógicas de desenvolvimento que valorizem o local, as relações humanas, a justiça social.

Nessa linha de pensamento, Farah (2006) menciona a importância das iniciativas locais em um processo embrionário de reconstrução do Estado brasileiro, estabelecendo uma nova relação entre Estado e sociedade, além da redefinição da esfera pública, orientada para a democratização da gestão das políticas públicas no país.

⁵ O Núcleo Dirigente do colegiado Açu-Mossoró é constituído por 12 representantes da sociedade civil e do poder público que atuam nos municípios que fazem parte do referido território. Os membros são escolhidos e validados na reunião do colegiado. O papel do Núcleo Dirigente é reunir-se para discutir e propor a pauta das reuniões, encaminhar os pontos que foram definidos nas reuniões e ajudar o articulador territorial nos processos que envolvem o desenvolvimento das atividades via ações da política territorial. O Núcleo Técnico é constituído por 22 representantes da sociedade civil e do poder público que atuam nos municípios. É a instância que elabora os projetos específicos, eleita como prioritária no contexto da agenda negociada para o desenvolvimento rural sustentável do território. (PTDRS, 2010).

É preciso desencadear uma discussão acerca do perfil dos municípios, com o intuito de identificar categorias, no que tange à gestão ambiental essa discussão, certamente seria mais proveitosa se ocorresse não apenas nos conselhos estaduais ou nas comissões tripartites estaduais. O governo federal poderia assumir um papel fundamental na coordenação dessa discussão, identificando soluções a partir da heterogeneidade das realidades nas regiões brasileiras e promovendo o intercâmbio entre os estados e municípios.

Quando questionados sobre quais ferramentas e estratégias que as comunidades têm encaminhado suas demandas e ações sobre o uso dos recursos naturais dentro das reuniões do colegiado, observou-se que parte dos entrevistados respondeu não existir, porém questões relacionadas com a escassez de recursos hídricos são sempre levantadas. No entanto, na prática pouco se tem feito.

Segundo os entrevistados as comunidades são representadas por pequenos grupos desestruturados e não conseguem ter poder de decisão nas reuniões do colegiado territorial. Essa constatação pode ser evidenciada a partir do trecho da entrevista a seguir:

As estratégias são descontínuas e limitadas. Na verdade, poucas comunidades conseguem impor suas demandas. As que conseguem são aquelas mais organizadas e que participam mais ativamente das reuniões do colegiado (Joacir Membro do Colegiado Territorial, 2013).

O verdadeiro planejamento ambiental deve ser do tipo descentralizado, com participação da comunidade in loco, com múltiplos interlocutores e com máxima atividade participativa, podendo incorporar conselhos populares. Vale ressaltar que é necessário, inclusive, inserir novos processos e atores no modelo administrativo e político da região (CONCEIÇÃO; BLAS, 2007).

Verificou-se que não são discutidas dentro das reuniões do colegiado ferramentas e estratégias sobre o uso dos recursos naturais, as comunidades não têm encaminhado suas demandas, por não conseguir fazer prevalecer as suas necessidades. Foram destacadas, portanto, questões relacionadas com a ausência de recursos hídricos, estas segundo os entrevistados, sempre abordada pelas comunidades. Isso se deve ao fato de ser um período de estiagem no semiárido, onde a água tem se tornado cada vez mais um recurso escasso. Todavia, é possível

perceber uma fragilidade no tocante ao uso dos recursos naturais acentuando-se com isso a falta de discussões sobre as questões ambientais dentro das reuniões do colegiado, é visível uma fragilidade entre o diálogo e o processo de execução.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no estudo realizado é possível concluir que, as políticas públicas ambientais não têm tido um espaço para debate nas reuniões dos colegiados, o tema é pouco e os representantes municipais não tem oportunidade de expor suas ideias nas reuniões.

Este fato é também observado junto ao Núcleo Técnico e Diretivo do Colegiado, uma vez que as maiorias dos representantes desconhecem se são desenvolvidas políticas públicas ambientais no Território Açú/Mossoró.

Quanto às ações ambientais desenvolvidas na comunidade do Jucurí, é possível afirmar que a questão que se coloca, no âmbito de iniciativas de ONGs e Universidades que tem atuado naquelas comunidades, por meio de projetos que visam traçar caminhos apropriados dentro de cada contexto específico, e busca construir bases sólidas para dar continuidade às mudanças que podem apontar para a sustentabilidade.

Foi possível perceber que o Grupo de Mulheres da Reciclagem possui conhecimento empírico sobre a problemática dos resíduos sólidos. Ao enfatizar a problemática desses na comunidade rural do Jucurí, o Grupo reconheceu os recursos renováveis, recolhidos em suas coletas, como sendo um trabalho realizado para colaborar com a problemática ambiental.

A implantação da coleta seletiva nas comunidades pode também ser entendida como uma fonte de ocupação e renda para as participantes do Grupo. Todavia, ainda não é possível se observar uma organização sólida para a comercialização dos produtos criados nas oficinas realizadas.

As oficinas tornaram-se fundamentais para que despertassem a necessidade de mediar os conhecimentos acadêmicos com os conhecimentos locais, acerca da importância de uma forma mais sustentável de uso dos recursos naturais.

É evidente que a incorporação dessas novas temáticas deve ainda ser melhor tratadas com a população para que possa haver um entendimento do que vem a ser desenvolvimento rural sustentável em todas as suas dimensões.

Logo, ao considerar a urgência no processo de busca por um sistema de desenvolvimento, baseado na equidade social e a conservação ambiental, a pesquisa ora apresentada poderá contribuir para o direcionamento de atividades econômicas que visem o desenvolvimento sustentável no Território da Cidadania Açú/Mossoró, bem como para se pensar em políticas públicas no sentido de fortalecer as atividades que já vem sendo desenvolvidas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira da Reforma Agrária**. v. 28. n. 1. Jan/ago. 1999.

BONNAL, P.; CAZELLA, A.; DELGADO, N. G. Subsídios metodológicos ao estudo do desenvolvimento territorial rural. In: LEITE, S. P.; MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. et al. (Org.), **Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil**. Brasília: IICA, 2011.

CARLO, S. **Gestão ambiental nos municípios brasileiros**: impasses e heterogeneidade. Tese (Doutorado), Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

CONCEIÇÃO, R. J da; BLAS, N. E. C. Planejamento Participativo e Desenvolvimento Regional Sustentável: uma análise do método aplicado na Região Metropolitana de Curitiba (RMC). In: SEMINÁRIO NACIONAL PAISAGEM E PARTICIPAÇÃO: PRÁTICAS NO ESPAÇO LIVRE PÚBLICO. **Anais...**, 2007. São Paulo: FAU/USP, 2007.

FARAH, M. F. S. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo. In: SARAIVA, E.; FERRAREZI, E. (Orgs.). **Políticas públicas**: coletânea. Brasília: ENAP, v. 2, p. 187-216, 2006.

HESPAÑHOL, R. A. de M. **Mudança de concepção das políticas públicas para o campo brasileiro**: o programa de aquisição de alimentos (PAA). Brasília, DF, 16 jun. 2009. Disponível em: < <http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/221.htm> >. Acesso: 20 de março de 2013.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 9.ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Crédito Rural**. In: MINISTÉRIO do Desenvolvimento Agrário. Brasil, 2013. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista de Estudos Avançados**, n. 43, 2001.

NUNES, E. M.; SILVA, M. R. F.; GONDIM, M. de F. R.; OLIVEIRA, I. A.; FRANÇA, A. R. M. Governança territorial e políticas públicas: limites e desafios na consolidação do Território da Cidadania Açu-Mossoró (RN). In: 50º CONGRESSO DA SOBER – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL - Agricultura e Desenvolvimento Rural com Sustentabilidade. **Anais...**, Vitória: SOBER, 2012.

PTDRS. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável Açu/Mossoró**. Brasília: MDA/SDT, 2010.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTOS, B. S. (Org.). **Semear outras soluções**: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Porto: Afrontamento, 2004.

VALE, F. R. **Desenvolvimento rural sustentável em territórios do rio grande do norte: uma análise multidimensional**. Natal, RN. Dissertação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. 2011. Disponível em: <http://aplicativos.fipe.org.br/enaber/pdf/165.pdf>. Acesso: 20 de março de 2013.

VEIGA, J. E. Problemas da transição à agricultura sustentável. **Estudos Econômicos**. vol. 24, São Paulo: IPE/USP, p. 9-29. 1994.